

LUGARES DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO

EM REDENÇÃO - CE

Maria Ravelli Cordeiro Xavier – UNILAB
E-mail: ravellyxavier@yahoo.com.br

Júlio César Lopes de Oliveira – UNILAB
E-mail: Juliolopes1110@gmail.com

Lisimére Cordeiro do Vale Xavier (UFC)
E-mail: lisirobert@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho consiste em identificar e descrever sucintamente o patrimônio cultural afro-brasileiro existente no município de Redenção, na Macrorregião do Maciço de Baturité, Estado do Ceará, Região do Nordeste do Brasil. A justificativa do lócus da pesquisa se fundamenta no fato de ter sido Redenção (à época, Vila de Acarape) a primeira vila a libertar seus escravos, no dia 1º de janeiro de 1883, cerca de um ano e dois meses antes da libertação na província do Ceará e cerca de cinco anos antes da abolição da escravatura no Brasil. Em virtude de tão importante fato, a partir de 2010, foi implantada em Redenção a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com o objetivo de desempenhar papel primordial ao acolher e proporcionar educação e formação aos munícipes locais, aos brasileiros de outras regiões e aos estrangeiros que a procurem, especificamente aos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Destarte, esta escrita é de cunho bibliográfico, método dedutivo, abordagem qualitativa e análise empírica de conteúdo. Antecipa-se como resultados parciais o fato de que em Redenção, além dos vários lugares de memórias que trazem à tona os ecos e vozes do legado cultura afro-brasileiro em geral, destaca-se em específico, 2 (dois) Museus com farto material relativo à história e memória da escravidão necessitando revitalização, ampliação, renovação e digitalização.

Palavras-chave: Patrimônio. Cultura. Memória. Escravidão. Museu.

Introdução

O cenário geral desta abordagem é a Macrorregião do Maciço de Baturité, no estado do Ceará,¹² especificamente, o município de Redenção, que representa o lócus central das expressões culturais relativas ao patrimônio cultural afro-brasileiro, voltadas para a memória da escravatura e seu contraste tipológico: a liberdade. A Macrorregião do Maciço de Baturité é uma formação geológica situada no Sertão Central cearense, sendo composta por 13 municípios, divididos em 3 (três) microterritórios: I, II, III, respectivamente.

O Microterritório I, ou Sub-Região Serrana (Corredor Verde), compreende os municípios de Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia. O Microterritório II, ou

¹² “O Estado do Ceará tem sua organização administrativa fundamentada em oito macrorregiões de planejamento, consideradas a partir de suas características socioeconômicas e geográficas: Região Metropolitana de Fortaleza; Litoral Oeste; Sobral-Ibiapaba; Sertão dos Inhamuns; Sertão Central; Maciço de Baturité; Litoral Leste-Jaguaribe; e Cariri Centro-Sul.” (VIDAL et al., 2012, p. 2).

Sub-Região Vales/Sertão (Corredor Ferroviário), é formado pelos municípios de: Acarape, Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Itapiúna e Redenção. Por fim, o Microterritório III, ou Sub-Região de Transição (Sertão/Litoral), é composto pelos municípios de: Barreira e Ocara.

O município de Redenção está situado no Microterritório II da Macrorregião do Maciço de Baturité no Estado do Ceará da região do Nordeste do Brasil. Sua primeira vila, Vila Acarape (atualmente, cidade de Redenção), foi pioneira na libertação dos escravos no Brasil, em 1º de janeiro de 1883, cerca de um ano e dois meses antes da libertação dos escravos no Ceará – que ocorreu em 25 de março de 1884 – e um lustro antes da libertação nacional, em 1888, promovida pela Lei de Ouro.

Lugar de memória: o museu

Muitos são os lugares de memória em uma coletividade. Onde houver uma estada ou uma ação humana seja material ou simbólica aí jaz um lugar de memória. Assim o é o lugar conhecido como museu, por exemplo. Não é concebível perceber o museu como um espaço seletivo de representação cultural de forma unilateral e/ou individualizada, não sendo, portanto, pertinente a ideia perpassada de valorização de certas peças museológicas em detrimento de outras. O museu deve se configurar como um espaço de educação cujos ensinamentos estão nas memórias coletivas como um todo. Fernando Magalhães (2005, p. 8) refere que “[...] os museus permitem-nos observar como uma determinada sociedade se apropria e privilegia certos objetos na construção e projeção do seu discurso identitário.” Como diz Café (2007, p. 35):

O objeto musealizado e a memória constituem-se como ‘médium’ através do qual a identidade é criada. Deste modo, pode-se afirmar que os museus são o garante da conservação do patrimônio, sendo também ponto de partida para a divulgação da materialização de uma identidade local ao mesmo tempo que perpetuam uma sociedade da qual fazem parte objetos, lendas, usos e costumes, entre outros, transportando consigo significados que constroem identidades.

O patrimônio funciona como um elemento referenciador e representativo da memória para a construção e vivificação da história e da História. O patrimônio tangível e/ou intangível está(ão) sempre pulsante(s) e latente(s) numa imensurável quantidade de lugares. Esses lugares de memória podem ser: museus, escolas, bibliotecas, arquivos públicos e privados, dentre tantos outros. Nesses locais, está registrada a memória que se reflete na construção da ossatura cultural de certo período, através da história e da educação. Partindo desses lugares de memória, o

patrimônio intangível vem à tona numa enorme representatividade e simbologia por intermédio do recurso da história oral, que, ao beber no palácio da memória, exalta e destaca elementos-chave identitários de pertencimento e empoderamento cultural coletivo.

É nesses lugares de memória que se apresenta “[...] a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que poderíamos ter a necessidade de lembrar.” (NORA, 1993, p. 13). Esses lugares são “[...] lugares mixtos [sic], híbridos e mutantes, intimamente entrelaçados de vida e morte, de tempo e eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel.” (LE GOFF, 1994, p. 205). Acreditamos que, por meio da memória, tem-se “[...] uma chance para revisitar, a partir do passado, os múltiplos possíveis do presente para pensar o mundo de amanhã.” (DOSSE, 2003, p. 298).

Nesses locais de memória, pode-se encontrar o cipoal cultural de um povo, de uma coletividade, de uma comunidade, de uma instituição, etc., uma vez que:

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p. 47).

Desse modo, trabalhar a memória museológica local tanto servirá para o crescimento da história como para “[...] procura[r] salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 1996, p. 24). A memória é o encontro do passado no presente; significa a busca da identificação cultural e a construção histórica de um povo. Trabalhar a memória significa procurar mudança. Por outro lado, se não há essa memória, como considera Meneses (1990), a mudança será sempre fator de alienação e desagregação. É a memória que funciona como a ossatura de identificação cultural de uma comunidade, coletividade, nação. “A memória é que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos. A memória interessa-me por que estou vivo, aqui e agora.” (MENESES, 1990, p. 31).

Todavia, a acepção de museu como é concebida hoje teve suas bases fincadas na conjuntura da Revolução Francesa de 1789, embora os Museus Britânicos, em Londres, e o Belvedere datem de 1753 e 1783, respectivamente. Conforme Choay (2001), isso ocorreu em duas direções. A primeira foi a tomada dos bens do clero, do rei e da nobreza, com destino à

nação. A segunda foi durante o terror e o governo do Comitê de Salvação Pública, em 1792, que desferiu um verdadeiro quebra-quebra de alguns dos bens tomados, provocando uma reação ímpar da população pela conservação desses bens como patrimônio cultural. O povo, então, passou a exigir não somente que os bens fossem preservados, mas, no caso dos bens móveis, que fossem colocados em depósitos públicos para o usufruto dos visitantes.

Assim, inicia-se a história dos museus nos moldes atuais, tendo como ponto de partida o Museu do Louvre, em Paris, aberto em 1793. Daí em diante, nos diferentes países, o estado-nação passou a construir seus museus como espaços de preservação, conservação e disposição de patrimônio histórico e cultural. Com efeito, o museu, ao longo do tempo de sua existência, tem sofrido transformações significativas, de modo a serem considerados locais de representatividade de todas as pessoas.

De instituições elitistas, colonizadoras, sectárias e excludentes, os museus têm procurado os caminhos da diversidade cultural, da repatriação das referências culturais, da gestão partilhada e do respeito à diferença de forma objetiva e construtiva. De instituições paternalistas e autoritárias, os museus têm percorrido os árduos caminhos do diálogo cultural e da convivência com o outro. De instituições isoladas e esquecidas, os museus têm valorizado a atuação em redes e sistemas, procurando mostrar a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico. De instituições devotadas exclusivamente à preservação e comunicação de objetos e coleções, os museus têm assumido a responsabilidade por ideias e problemas sociais. (BRUNO, 2007, p. 6-7).

Durante o período colonial no Brasil, podemos citar a experiência da Casa dos Pássaros como uma aproximação de museu. A instituição procedia a taxidermia de aves para instituições no reino. No caso do Brasil, a história do museu tem início com a transferência do Estado Português para estas terras. Foi no ano de 1818, com a noção de criação cultural, que D. João VI constrói o Museu Real, atual Museu Nacional. Inicialmente, o Museu Real recebeu como acervo uma pequena coleção de história natural. Somente ao final do século XIX, o atual Museu Nacional adquire caráter de espaço para pesquisas científicas. Além do Museu Real, muitos outros museus foram construídos no Brasil na segunda metade do século XIX. Como ilustração desse fato, podemos citar: os Museus do Exército (1864), no Rio de Janeiro; o Museu Etnográfico Emílio Goeldi (1866), no Pará; o Museu da Marinha (1868), no Rio de Janeiro; o Museu Paranaense (1876); o Instituto Histórico e Geográfico (1894), na Bahia; e o Museu do Ipiranga (1894), em São Paulo (ABREU, 1996).

Nas primeiras duas décadas do século XX, com a derrocada das teses evolucionistas, os museus caem de produção em todo o mundo ocidental, não sendo diferente no Brasil. Entretanto, a partir da Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo, em 1922, vários

intelectuais passam a cobrar a questão de uma identidade cultural da nação, de forma que a discussão do patrimônio histórico e cultural ganha tom. Sob a presidência de Gustavo Barroso (1922-1959), o Museu Histórico Nacional (MHN) toma caráter de espaço de cultura, de ensino e de memória.

Desse modo, em 1932, Gustavo Barroso cria o primeiro curso de Museologia, que funcionou até 1979, no próprio MHN. Há de se ressaltar que, até a década de 1940, os bens patrimoniais valorizados nos museus tendiam para o culto a personagens importantes da história oficial do país e das classes elitistas (SANTOS, 1996).

Apesar de as reformas estruturais nos espaços museológicos passarem a ser matéria de discussões intensas logo após a Segunda Guerra Mundial – com a criação do Conselho Internacional de Museus (Icom), em 1946, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) –, no Brasil, somente a partir da década de 1970, é que efetivamente essas reformas vão acontecer, diante de uma avalanche de críticas que são lançadas aos tipos de bens culturais que são museologizados.

Na segunda metade do século XX, ou, de modo mais preciso, depois dos anos setenta, a museologia e os museus no Brasil passaram por um grande processo de transformação e amadurecimento. Nesse período, o objeto de estudo da museologia foi construído, desconstruído e reconstruído inúmeras vezes; a categoria museu foi ressignificada e a diversidade tipológica dos museus foi ampliada de uma maneira sem precedentes. Os museus passaram a ser tratados como processos e práticas culturais de relevância nacional [...]. Essas considerações são relevantes quando se trata de pensar e colocar em prática uma política pública específica para museus. Em outras palavras: a construção, na contemporaneidade, de uma política museal democrática e de interesse público precisa considerar a museodiversidade brasileira, bem como as reflexões, os debates, as práticas e as poéticas características desse universo em expansão. (NASCIMENTO JÚNIOR; CHAGAS, 2006, p. 14).

No âmbito das políticas estatais no Brasil, a preocupação com o patrimônio histórico-cultural inicia-se no segundo governo de Getúlio Vargas, com o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Esse decreto regulamentava o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 13 de janeiro de 1937. De lá para cá, muitas leis, decretos, normas e portarias têm sido criados, visando regulamentar e providenciar medidas e ações voltadas à preservação e à conservação do Patrimônio Cultural Brasileiro abrigado nos museus.

Ao longo do tempo, o Sphan teve várias denominações: em 18 de abril de 1936, Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caráter provisório; em 13 de janeiro de 1937, a Lei n. 378 institui a fundação do Sphan como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro; em 30 de novembro de 1937, o Decreto-Lei n.

25 passa a regulamentar as atividades do Sphan; em 1946, o Sphan tem seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); em 1970, o Dphan é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); em 1979, o Iphan é dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo; em 1990, a Sphan e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); em 6 de dezembro de 1994, a Medida Provisória n. 752 transforma o IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em 4 de agosto de 2000, o Decreto n. 3.551 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; em 5 de novembro de 2004, o Decreto n. 5.264, assinado pelo então Presidente Lula e pelo Ministro da Cultura à época, Gilberto Passos Gil Moreira, cria o Sistema Brasileiro de Museus (é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico); em fevereiro de 2006, por ocasião da mudança de direção do Iphan, entrando o arquiteto Luiz Fernando de Almeida, o Programa Monumenta, coordenado pelo referido arquiteto, passa a ser integrado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e, em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei n. 11.906, é criado o Instituto Brasileiro de Museus.

Patrimônio cultural afro-brasileiro em Redenção-CE: memórias da escravidão

O patrimônio cultural afro-brasileiro da escravidão em Redenção está por toda parte, com suas devidas peculiaridades. Mas, assim como a memória, é preciso se ter vontade de enxergar esse patrimônio e sua representação identitária étnico-racial. Quando nos reportamos a patrimônio, estamos nos referindo ao patrimônio tangível e intangível. Tradicionalmente, as noções conceituais de patrimônio referiam-se apenas ao tangível (material) e seletivo de certos bens que o poder público elencava como sendo importante a sua preservação, porém:

Após a Segunda Guerra Mundial, surge uma nova noção que viria a revolucionar este entendimento: a noção de cultura popular. Gere-se, deste modo, e a partir desse momento, a ideia de que tudo o que rodeia o ser humano é patrimônio e que o patrimônio não é apenas o belo, o artístico, o raro ou o valioso como até então se preconizava. Desse momento em diante, o patrimônio terá começado a abranger ainda as memórias, os conhecimentos, o 'saber' e o 'saber-fazer', as técnicas de fabrico ou os objetos utilitários ligados a esses processos e a toda uma vivência de determinadas pessoas ou até de um grupo de pessoas. Tudo dependeria da perspectiva que se tivesse dos objectos e até da própria vida. (CAFÉ, 2007, p. 25).

Nesse sentido, com a ampliação conceitual, patrimônio passou a ser considerado não somente os objetos materiais (tangíveis), mas também o saber imaterial (intangível), com suas

representações, simbologias, signas e subjetividades do saber-fazer humano, que é a seiva da história da ação do homem no tempo e no espaço. Desse modo, a existência não somente de um ou de outro tipo de patrimônio, mas a de ambos são relevantes para a identidade de um determinado grupo de pessoas, contribuindo para o reconhecimento da importância da defesa da diversidade cultural, cuja representação reina na história e na memória social através de seu acervo patrimonial.

Entender os lugares de memória é buscar uma compreensão maior do que eles representam para além do tangível. Os lugares de memória que representam o patrimônio afro-brasileiro da escravidão e para além desta em Redenção são muitos. Um deles é o Museu Histórico e Memorial da Liberdade, que, a partir de seus materiais, impulsiona-nos a reflexões que transcendem qualquer tempo ou espaço, fazendo emergir silenciosamente os ecos e vozes sufocados pelo jugo senhorial fincado no passado, mas pensado e refletido no presente. O museu é, sim, esse lugar de conhecimentos plurais impregnados na memória, que alimenta e realimenta a história constantemente.

A cidade de Redenção situa-se na região dos sopés do Maciço de Baturité, ao redor dos rios Acarape e Pacoti. Outrora, essa região foi habitada por nativos das tribos Potyguara, Jenipapo, Kanindé, Choró e Quesito, tendo recebido várias expedições religiosas e militares, sobretudo, a partir da interiorização da colonização no Ceará. Em razão da existência de terras propícias ao cultivo da cana-de-açúcar, parte do município do que hoje é Redenção e de outros municípios circunvizinhos tiveram a implementação da agricultura com esse tipo de plantio, o que trouxe a mão de obra de escravos africanos, tendo sido construído nesses locais: senzalas e pelourinhos, os quais formaram o modelo urbano.

Em 1842, em virtude da criação de um distrito policial, deu-se origem à Vila de Acarape, que desmembrou-se de Baturité em 1868. Em 1871, foi criada a Câmara Municipal da cidade. Em 1882, foi criada a “Sociedade Redentora Acarapense”, que por meio dos abolicionistas Liberato Barroso, Antônio Tibúrcio, João Cordeiro, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio, dentre outros, concedeu, em 1º de janeiro de 1883, a alforria a 116 escravos (CEARÁ, 2011).

Em reconhecimento a esse fato histórico, o Governo Federal brasileiro, por força da Lei n. 12.289, de 20 de julho de 2010, criou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com o propósito de “[...] construir uma ponte histórica, acadêmica e cultural entre o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).” (GOMES, 2014, p. 5).

Há de se mencionar que existem dois lugares figurados como museus na cidade de Redenção, sendo um de caráter privado, o Museu Senzala Negro Liberto, no Sítio Livramento, de propriedade da família Muniz Rodrigues, às margens da CE-060, entre os municípios de Acarape e Redenção, o qual é composto por casa-grande, senzala, canavial, moageira e uma lojinha (Mercado da Sinhá).

Outro lugar de memória do patrimônio afro-brasileiro, o Museu Histórico e Memorial da Liberdade, é de caráter público, estando sob a responsabilidade do Governo Municipal de Redenção. Foi criado em 28 de dezembro de 1997, por um grupo de redencionistas, professores, membros da comunidade e estudantes. Atualmente, esse museu está situado no antigo prédio do Paço Municipal de Redenção, no centro da cidade, sem nenhuma identificação (CEARÁ, 2011).

Conclusão

Assim como em muitas outras regiões do país, as expressões artístico-culturais afro-brasileiras estão impregnadas por toda parte, formando um compósito do patrimônio material e imaterial inconfundível no espaço da Macrorregião do Maciço de Baturité, em geral, e no município de Redenção, em específico.

Diante dessas circunstâncias, esta escrita consistiu na investigação, localização, identificação e descrição do patrimônio cultural afro-brasileiro existente no município de Redenção, situado na Macrorregião do Maciço de Baturité, Estado do Ceará, região do Nordeste do Brasil. Nesta cidade histórica, além dos vários lugares de memórias que trazem à tona os ecos e vozes do legado cultura afro-brasileiro em geral, destaca-se em específico, 2 (dois) Museus com farto material relativo à história e memória da escravidão necessitando revitalização, ampliação, renovação e digitalização.

Referências

ABREU, Regina. Memória, história e coleção. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 37-65, 1996.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 nov. 2004. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 11 dez. 1937. Seção, p. 24520.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 10.678, em 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 maio 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), cria quatrocentos e vinte e cinco cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jan. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Medida Provisória nº 752, de 6 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1994. Seção 1, p. 18643.

BRASIL. Metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: MEC, 2011.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2000.

BRUNO, Cristina. Museus e patrimônio universal. In: ENCONTRO DO ICOM BRASIL.5., 2007, Recife. Anais... Recife, 2007, p. 6-7.

CAFÉ, Daniel Calado. Patrimônio, identidade e memória: proposta para a crivação do museu do território de Alcanena. 200 p. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Africania e cearensidade: Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2011.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DOSSE, François. A história. São Paulo: USC, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiás, v. 27, p. 109-121, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Prefácio. In: VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche; MEDEIROS, Willana Nogueira. Educação e território: subsídios ao planejamento de políticas municipais na região do Maciço de Baturité, Ceará. – Fortaleza: Liber Livro, 2014, p. 5.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

MAGALHÃES, Fernando. Museus, patrimônio e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exploração. Porto: Profo, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999. p. 11-30.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Benedito Calixto como documento: sugestões para uma releitura histórica. In: MILLIET, Maria Alice (Org.). Benedito Calixto: memória paulista. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1990. p. 31-47.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; CHAGAS, Mário. Museus e política: apontamentos de uma cartografia. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Departamento de Museus e Centros Culturais. Caderno de diretrizes museológicas. Brasília: Iphan, 2006. p. 13-17.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção da Identidade Nacional. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, 1996.

VIDAL, Eloísa Maia et al. Cenários da educação no Maciço de Baturité/CE: reflexões sobre as políticas públicas de educação na região. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 3., 2012, Zaragoza. Anais... Anpae, nov. 2012.